

ATA NÚMERO 147/XII/2ª SL

30.julho.2013 – 10h00

Aos 30 dias do mês de julho de 2013, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Educação, Ciência e Cultura, na sala 02, do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. **Aprovação da proposta de Ordem do Dia**
2. **Aprovação de atas**
3. **Comunicações do Presidente**
4. **Audição do Presidente do Instituto Politécnico de Coimbra, Professor Doutor Rui Antunes – 10h00**
5. **Audiência ao Dr.º Francisco José Viegas, sobre o processo da Obra de Crivelli – 11h00**
6. **Petição n.º 275/XII/2.ª** da iniciativa de Bruno Reis, “Pela justiça, pela legalidade e transparência na contratação dos professores”
 - **Apreciação e votação do parecer**
 - **Deputado autor do parecer:** Isidro Araújo – PSD
7. **Petição n.º 281/XII/2.ª** da iniciativa de **Associação de Bolseiros de Investigação Científica – (ABIC) que** Pretendem que seja aberto o concurso individual de bolsas de doutoramento e pós-doutoramento 2013.
 - **Apreciação da nota de admissibilidade**
 - **Deputado relator:** PS
8. **Relatório de atividades do GT/Acordo Ortográfico**
 - **Análise e votação**
9. **Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP**, para a audição do Presidente da Fundação Ciência e Tecnologia, sobre o financiamento dos Sistema Científico e Tecnológico e o concurso de bolsas.
 - **Apreciação e votação**
10. **Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP**, para a audição do Ministro da Educação e Ciência, para prestar esclarecimentos sobre a metodologia e conteúdos das reuniões com as estruturas sindicais dos professores
 - **Apreciação e votação**

11. Outros assuntos

12. Data da próxima reunião

Setembro.2013

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

O Presidente informou que foi recebida na Comissão a informação respeitante à redação final do Projeto de Resolução n.º 775/XII/2.^a (PCP), *Defende a territorialização das despesas resultantes de apoios estatais à produção cinematográfica e audiovisual*, que tinha sido aprovado por unanimidade no Plenário, tendo-se consensualizado fazer a sua apreciação na reunião, não obstante não estivesse agendada para a mesma.

A proposta de Ordem do Dia, com inclusão do ponto referido atrás, foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE, registando-se a ausência do PEV.

2. Aprovação de atas

As atas n.ºs 144, 145 e 146, relativas às reuniões de 23 e de 24 de julho, foram aprovadas por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE, registando-se a ausência do PEV.

3. Comunicações do Presidente

- 3.1. O Sr. Presidente comunicou que a Sra. Deputada Inês Teotónio Pereira (CDS-PP) foi substituída, na Comissão, pelo Sr. Deputado Rui Caetano.
- 3.2. Foram apreciados os relatórios das visitas ao Grupo Valentim de Carvalho e à SP-Televisão, bem como o relatório da audição ao Coordenador do Plano Nacional de Ética para o Desporto, pelo Grupo de Trabalho do Desporto, não se tendo registado quaisquer observações em relação aos mesmos.
- 3.3. O Sr. Presidente transmitiu que foi distribuído o relatório do Sr. Deputado Miguel Tiago (PCP) relativo à sua participação na reunião interparlamentar sobre “Cinema e Audiovisual”, nos dias 18 e 19 de junho de 2013, na Assembleia Nacional francesa. Este relatório foi apresentado na Comissão de Assuntos Europeus (CAE), visto que o Sr. Deputado participou em representação desta Comissão, tendo também estado presente, em representação da CECC, a Sra. Deputada Ana Sofia Bettencourt, que apresentará o relatório oportunamente.
- 3.4. Foram apreciados os cartazes para a próxima edição do programa Parlamento dos Jovens, tendo os Srs. Deputados manifestado o seu agrado em relação aos mesmos. Foram, no entanto, propostas as seguintes sugestões de alteração, que serão posteriormente ratificadas pela Sra. Coordenadora do Grupo de Trabalho do Parlamento dos Jovens:
 - Cartaz do Básico: realçar a palavra “DROGAS”, utilizando uma só cor, que poderá ser amarelo.

- Cartaz Secundário: alterar para branco a cor das palavras “emigração, natalidade, envelhecimento”, para que tenham uma melhor leitura, mantendo, no entanto, a sombra em cinzento.

3.5. Baixa de iniciativas

- 3.5.1. O Presidente da Comissão informou que baixou à Comissão, em 24/7, o [Projeto de Lei n.º 436/XII do BE, Altera o regime jurídico da progressão de carreira dos professores de técnicas especiais](#) e indicou que o mesmo foi distribuído ao PSD para elaboração de parecer, tendo o deputado Amadeu Albergaria (PSD) informado que será o relator.
- 3.5.2. Informou ainda que baixou também à Comissão, em 29/7, o [Projeto de Resolução n.º 806/XII, do PCP, Requalificação da Escola Básica do 2º e 3º ciclo de Azeitão, no Concelho de Setúbal](#), tendo questionado se é pretendida a sua discussão na Comissão ou no Plenário. A deputada Rita Rato (PCP) informou que pretendem que o mesmo seja discutido no Plenário, conjuntamente com a [Petição 270/XIII/2.ª, Solicitam a realização de obras na Escola Básica 2,3 de Azeitão e a implementação do ensino secundário](#).

4. Audição do Presidente do Instituto Politécnico de Coimbra, Professor Doutor Rui Antunes – 10h00

O Presidente da Comissão deu as boas vindas ao Presidente do Instituto Politécnico de Coimbra, Professor Doutor Rui Antunes, referiu o objetivo da audição e aludiu à audiência ao Presidente da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, na semana anterior, sobre a não atribuição de vagas ao curso de Licenciatura em Administração e Marketing, na [Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Oliveira do Hospital](#), que faz parte do Instituto. Questionou depois qual a posição e a estratégia do Instituto em relação àquela Escola.

O Presidente do Instituto informou que já em 2011 propuseram que cursos da Escola de Oliveira do Hospital fossem transferidos para Coimbra, por terem tido um corte orçamental de 2.000.000€ dos 30.000.000€ do orçamento total, indicando que não houve extinção nessa data, mas a diminuição orçamental mantém-se e agravou-se, possuindo atualmente um orçamento total de 24.000.000€.

Para além das questões orçamentais, salientou questões de atratividade da Escola, realçando que as escolas do litoral têm mais atratividade, captando mais vagas, enquanto as políticas existentes não favorecem a colocação nas escolas do interior. Em relação à Escola Superior de Oliveira do Hospital, indicou que em 2011 tinha 650 alunos e em 2013 só teve 328, tendo realçado a sua pouca atratividade.

Referiu que cerca de 150.000 alunos vão fazer exames do secundário e só 50.000 vão para o ensino superior, salientando que não há uma política de incentivo ao acesso àquele nível de ensino e pelo contrário a comunicação social faz sobressair o desemprego dos licenciados.

Indicou que o Politécnico tenta que a Escola Superior de Oliveira do Hospital tenha cursos com implantação na economia local, o que não acontecia. Referiu depois o caso do curso de engenharia civil, que era dispendioso e tinha pouca procura, pelo que foi encerrado nesta Escola e atualmente existe apenas em Coimbra. Salientou a criação de um novo curso, de Licenciatura em Desenvolvimento Regional e Ordenamento do Território e informou que o

curso de Energias Renováveis, a desenvolver em ligação com a associação de biocombustível de Oliveira do Hospital, vai ser submetido a acreditação este ano.

Sintetizou que o Instituto quer encontrar uma solução, mas tem limitações, referindo que atualmente há limites no número de cursos que podem abrir e no número de vagas, pelo que, para se abrir um curso, é necessário fechar outro. Informou que o Instituto pediu um regime de exceção para 3 cursos e só obteve autorização para 1 e que para abrirem o curso de Desenvolvimento Regional e Ordenamento do Território, tiveram de fechar o curso de Administração e Marketing, que atualmente tem 73 alunos, considerando-o não sustentável financeiramente. Salientou que em relação a este curso, recebem 162.000€, incluindo propinas, enquanto o seu custo ascende a 272.000€.

Salientou que não há problemas com a comunidade local e a autarquia, sendo esta que disponibiliza as instalações, faz pequenas obras e paga a água e a eletricidade. Defendeu que estão a exigir-lhes a manutenção da Escola, mas o Instituto não tem meios para resolver isso por si só. Realçou que a Escola é muito deficitária e não tem sustentabilidade e salientou que há solidariedade entre as Escolas do Instituto, mas que só se pode manter durante 4 ou 5 anos, sustentadamente, enquanto esta situação deficitária já vem acontecendo há vários anos e torna-se mais difícil com a redução do orçamento do Instituto, pelo que não é sustentável. Concluiu que a manutenção dos cursos tem de ser decidida politicamente e não só pelo Instituto Politécnico.

A deputada Ana Oliveira (PSD) recordou as indicações do Presidente da Câmara de Oliveira do Hospital, na audiência que teve lugar em 24/7, no sentido de estar a preparar-se o fecho da respetiva Escola e que o curso de Administração e Marketing tinha professores comuns com o de Administração e Finanças, prevendo-se igualmente o fecho deste. Nessa sequência, questionou se há um plano estratégico para a Escola e se o mesmo já foi discutido com a autarquia e com o Presidente da Escola e que envolvimento tem havido da parte do Ministério da Educação e Ciência.

O deputado Mário Ruivo (PS) salientou que o problema tem vindo a equacionar-se anualmente e questionou se o mesmo se resume a uma questão de financiamento do ensino superior ou a um plano estratégico do Instituto e bem assim se só esta Escola tem problemas ou se há problemas em relação a todas as do Instituto. Perguntou ainda se a retirada de cursos não levará ao fecho da Escola em causa.

O deputado Serpa Oliva (CDS-PP) referiu que se questionou, na audiência do Presidente da Câmara, a legitimidade para fechar o curso de Licenciatura em Administração e Marketing na Escola de Oliveira do Hospital e que o Presidente do Instituto fechou as vagas nesta Escola e as levou para Coimbra. Salientou depois, que o Presidente do Instituto falou entretanto em atratividade do litoral. Em contrapartida, o deputado referiu que o curso em Oliveira do Hospital é mais barato para os alunos. Questionou ainda se o valor de 272.000€ era só para o curso de Administração e Marketing ou também para o curso de Administração e Finanças, em relação aos professores que são comuns.

Realçou ainda que o interior está cada vez mais desertificado. Por último, questionou o argumento utilizado de não haver duplicação de cursos, dando como exemplo a existência do curso de Engenharia Civil no Instituto Politécnico de Coimbra e na Universidade da mesma cidade.

A deputada Rita Rato (PCP) defendeu um ensino superior com autonomia e com as decisões nas mãos dos seus órgãos, defendendo que o financiamento do mesmo é insuficiente e quase não garante as despesas fixas e que a atribuição do orçamento é feita com base num bolo, tendo sofrido um corte de 1/3 em 2013. Realçou que em 2013 se verificou um record na diminuição do acesso ao ensino superior, uma diminuição no orçamento das instituições e uma baixa do poder económico das famílias.

Salientou que a Escola Superior de Oliveira do Hospital é muito importante do ponto de vista do desenvolvimento da região, evitando a desertificação. Questionou se o Ministério da Educação e Ciência já transferiu para o Instituto as verbas correspondentes aos descontos para a Caixa Geral de Aposentações. Por último, referiu que está prevista a revisão do Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior, que acentua o sistema binário, a desvalorização do politécnico e o seu financiamento e referiu que vão ser feitos cortes de cerca de 4.000.000€, principalmente na educação e saúde, tendo pedido ao Presidente do Instituto que se pronunciasse sobre esta situação. Acrescentou que continuarão a exigir outra política de financiamento para o ensino superior.

O Presidente da Comissão questionou se há alguma reflexão do Instituto em relação à concentração de cursos na Escola de Oliveira do Hospital, que permitisse melhorar a sua sustentabilidade.

Em resposta às questões colocadas, o Presidente do Instituto informou que há um plano para a Escola ser sustentável e salientou que fecharam um curso e abriram outro, pelo que apenas mudaram a oferta formativa. Informou que para abrirem um curso de Energias Renováveis têm de reafectar professores. Concluiu que apontam para a existência de 4 cursos, para a sustentabilidade da Escola, referindo que a mesma, atualmente, só tem 3 cursos.

Acrescentou que o Ministério da Educação e Ciência indicou que iria criar cursos de curta duração, a ministrar nos Politécnicos, para terem início em setembro, tendo pedido parecer ao Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos, mas ainda não receberam mais indicações, pelo que entende que não começarão a curto prazo. Manifestou, ainda, muito interesse pelos mesmos.

Em relação à revisão do Regime Jurídico das Instituições do Ensino Superior, considerou que acrescenta pouca coisa e não é favorável para o ensino politécnico, entendendo que visa criar condições para o ensino privado. Salientou, ainda, a urgência em legislar sobre o recrutamento de alunos estrangeiros, defendendo que essa também é uma boa medida para as instituições.

Informou que há outras escolas do Instituto Politécnico com dificuldades, nomeadamente a Escola Superior Agrária. Realçou que não encerraram o curso de Administração e Marketing, que aliás se mantém no 2.º e no 3.º ano, apenas lhe atribuíram vagas 0 este ano e referiu que se o curso de Desenvolvimento Regional e Ordenamento do Território tiver o mesmo número de alunos, não haverá uma diminuição do número total de alunos, enquanto os professores lecionarão em Oliveira do Hospital e em Coimbra, pelo que não diminuirão, fazendo uma parte do horário em cada escola. Concluiu que estão a tentar uma nova oferta formativa na Escola de Oliveira do Hospital, com os recursos que têm.

Esclareceu que os cursos do Instituto Politécnico e da Universidade não têm o mesmo conteúdo, tendo exemplificado com o curso de engenharia civil, defendendo que o primeiro é mais prático e o segundo mais conceptual, com o mestrado integrado, pelo que não se verifica duplicação dos mesmos. Defendeu que o Instituto não está a “roubar” cursos à Escola de Oliveira do Hospital, mas a tentar que os mesmos sejam sustentáveis. Realçou que despesas com pessoal, nomeadamente docente, correspondem a 87% do orçamento, enquanto as receitas do OE atingem cerca de 67% do orçamento e o valor das propinas corresponde a 30%, tendo referido que na OCDE esta percentagem é de cerca de 9%.

Considerou que os problemas das escolas do interior têm de passar por uma nova política de atribuição de vagas, que as proteja. Esclareceu ainda que foi aprovada a criação do curso de [Marketing e Negócios Internacionais](#) no Instituto Politécnico e que não podiam ter 2 cursos nesta área, tendo aquele sido apresentado como uma exceção e obrigando à atribuição de vagas 0 ao curso de Administração e Marketing na Escola de Oliveira do Hospital.

A gravação da audição está disponível na [página da Comissão, na internet](#).

No dia 24/7 foi ouvido sobre a situação da Escola, o Presidente da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, Dr. José Carlos Alexandrino, que se fez acompanhar do Presidente da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Oliveira do Hospital, Doutor Carlos Veiga, estando a gravação e a ata da reunião disponíveis na [página da Comissão, na internet](#).

5. Audiência ao Dr.º Francisco José Viegas, sobre o processo da Obra de Crivelli – 11h00

O Dr. Francisco José Viegas agradeceu a concessão da audiência e afirmou que pretende esclarecer a decisão que tomou, enquanto Secretário de Estado da Cultura, em 2012, relativa à autorização de expedição do quadro *Virgem com o Menino e Santos*, de Carlo Crivelli.

Explicou que considerou ser esta a decisão mais justa, do ponto de vista da atuação do Estado, que não tinha disponibilidade financeira para a sua aquisição, e porque entendeu que ninguém sairia beneficiado, caso não fosse permitida a sua expedição.

Considerou que tomou a decisão dentro da legalidade e fez referência ao número 1, do artigo n.º 55.º da Lei 107/2001 - que *Estabelece as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural* –, entendendo que a obra não se inscreve em nenhum dos critérios aí estabelecidos.

A Sra. Deputada Conceição Pereira (PSD) explicou que o PSD rejeitou o requerimento do PS, para a audição do Dr. Francisco José Viegas, por entender que seria mais adequado ouvir todos os intervenientes quando o processo de análise dos factos estivesse concluído. Fez referência à alteração da legislação e ao Despacho de Bairrão Oleiro, de 2009, concluindo que a Lei de Bases do Património não é clara relativamente ao que deve ser considerado obra classificada. Referiu ainda que a obra de Crivelli não foi classificada e perguntou ao Dr. Francisco José Viegas se encetou alguns contactos, no sentido de dar a conhecer a obra e suscitar o seu interesse, e se agiu na estrita legalidade da decisão.

A Sra. Deputada Inês de Medeiros (PS) colocou algumas questões, nomeadamente se foram solicitados pareceres técnicos após o pedido de autorização do então proprietário da obra para proceder à sua venda ou se o proprietário juntou pareceres jurídicos, se os pareceres foram pedidos pelo Dr. Francisco José Viegas e se os mesmos foram ou não tidos em consideração. Referiu ainda ter conhecimento de que todos os pareceres foram no sentido de não autorizar a venda e da não obrigatoriedade do Estado em adquirir a obra, pelo que questionou sobre a eventual existência de outro pareceres que se desconhecem, entendendo que, caso contrário, agiu contra todos os pareceres. A Sra. Deputada chamou ainda a atenção para o número 2 do artigo n.º 55.º da Lei 107/2001, que o ex-secretário de Estado omitira na sua apresentação e que, no seu entender, contraria a argumentação usada quanto ao respetivo número 1.

O Sr. Deputado Michael Seufert (CDS-PP) chamou a atenção para a importância da semântica, esclarecendo tratar-se de uma obra inventariada e não classificada. Colocou algumas questões ao Dr. Francisco José Viegas, designadamente se considerou propor a obra para classificação, visto existirem pareceres nesse sentido, se conhecia todos os pareceres que estão agora disponíveis na página do Parlamento, visto que não têm carimbo do Gabinete do Secretário de Estado, e ainda se tinha interesse pessoal em favorecer alguém.

O Sr. Deputado Miguel Tiago (PCP) questionou a legitimidade da autorização da expedição, por se tratar de uma obra classificada como de interesse nacional, declarando que não foi cumprido o estabelecido nos artigos nºs 64.º e 65.º da Lei de Bases do Património. Afirmou ainda que a prerrogativa do Estado de manter a obra em território nacional não ativa a

responsabilidade perante a compra e considerou que as questões levantadas pelos anteriores proprietários são legítimas face à valorização da obra. Concluiu, reafirmando que os pareceres técnicos não ancoram a decisão política, que foi tomada sem qualquer enquadramento legal plausível e claro.

A Sra. Deputada Catarina Martins (BE) questionou o Dr. Francisco José Viegas sobre o suporte legal em que se baseou para autorizar a exportação da obra e chamou a atenção para o facto de não ter sido dada autorização à família originária e ser concedida posteriormente a Pais do Amaral. Disse ainda que tem várias questões a colocar ao atual Secretário de Estado, nomeadamente sobre o paradeiro do quadro. Concluiu, fazendo alusão ao artigo 65.º da Lei n.º 107/2001, que refere que a saída de território nacional de bens classificados como de interesse nacional é interdita e perguntou se a obra estava em vias de classificação e, no caso de não estar, quando, como e quem parou o processo.

Em resposta às questões, o Dr. Francisco José Viegas afirmou que a obra em causa não estava classificada, nem em vias de classificação, mas apenas inventariada. Esclareceu que os processos de classificação são efetuados pelas direções gerais, de acordo com normas claras, e não pelas tutelas políticas. Afirmou que negociou com empresas e com instituições financeiras para tentar adquirir um fundo ou suscitar interesse no quadro, pese embora sem sucesso. Relativamente às suspeitas de favorecimento a um poderoso, afirmou que não conhecia Pais do Amaral até começar a discutir a Lei do Cinema com a TVI e que, em termos profissionais, estiveram sempre em campos opostos. Concluiu, referindo que tomou a decisão conscientemente e que os pareceres não são absolutos nem têm força de lei.

A Sra. Deputada Inês de Medeiros (PS) questionou novamente o Dr. Francisco José Viegas sobre se teve ou não conhecimento dos pareceres, se foram ou não pedidos por ele, sobre as razões para os ter desrespeitado ou ignorado e ainda sobre a razão para a não publicação da autorização em Diário da República.

O Sr. Deputado Miguel Tiago (PCP) reafirmou que a decisão tomada configura um ato à margem da lei, entendendo que a autorização concedida lesou o interesse nacional em benefício da propriedade privada.

A Sra. Deputada Catarina Martins (BE) considerou que a revogação da venda, pelo atual Secretário de Estado, significa que não concorda com a decisão tomada anteriormente, e realçou ainda que só um parecer técnico podia ter autorizado a venda, como prevê a legislação.

A Sra. Deputada Conceição Pereira (PSD) fez alusão a outros pareceres jurídicos, referidos na imprensa, e que contrariam os que são conhecidos, considerando que o debate deverá ser retomado quando o processo estiver concluído.

O Sr. Deputado Michael Seufert (CDS-PP) reafirmou que seria mais útil ouvir todos os intervenientes no processo quando fossem conhecidos todos os dados, e não no momento em que decorre um inquérito.

O Sr. Deputado Miguel Tiago (PCP) interpelou a Mesa, no sentido de serem solicitados ao Governo todos os pareceres técnicos sobre esta questão.

A Sra. Deputada Inês de Medeiros (PS) manifestou estranheza pelo facto de ter dirigido um requerimento ao Governo e de, em resposta, não terem sido facultados todos os pareceres.

O Sr. Presidente da Comissão lembrou que os Deputados dispõem dos meios para solicitarem os dados referidos, não precisando da intervenção da Comissão, afirmando, no entanto, que a Comissão vai enviar a ata da audiência ao Sr. Secretário de Estado da Cultura.

O Dr. Francisco José Viegas reafirmou que tomou a decisão dentro da legalidade, entendendo que decidir não significa obedecer a pareceres.

A gravação da audiência encontra-se disponível na [página da Comissão, na Internet](#)

6. Petição n.º 275/XII/2.^a da iniciativa de Bruno Reis, “Pela justiça, pela legalidade e transparência na contratação dos professores”

O Sr. Deputado Isidro Araújo (PSD) apresentou o relatório.

Após as intervenções dos Srs. Deputados Michael Seufert (CDS-PP) e Elza Pais (PS), que cumprimentaram o relator pelo trabalho que desenvolveu, foi o mesmo aprovado por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE, registando-se a ausência do PEV.

7. Petição n.º 281/XII/2.^a da iniciativa de **Associação de Bolseiros de Investigação Científica – (ABIC) que** Pretendem que seja aberto o concurso individual de bolsas de doutoramento e pós-doutoramento 2013.

Apreciada a nota de admissibilidade, a petição foi admitida por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE, registando-se a ausência do PEV. Foi indicada como relatora a Sra. Deputada Elza Pais (PS), que propôs o envio dos pedidos de informação ao Governo e à FCT o mais breve possível.

8. Relatório de atividades do GT/Acordo Ortográfico

O deputado Carlos Enes (PS), coordenador do Grupo de Trabalho do Acordo Ortográfico, fez uma apresentação sintética do Relatório de Atividades (sendo que já tinha feito uma apresentação mais desenvolvida na reunião de 16 de julho, [disponível na respetiva ata](#)) e uma referência à alteração das considerações finais.

A deputada Rosa Arezes (PSD) felicitou o coordenador do Grupo de Trabalho pela condução dos trabalhos e defendeu o relatório sintético e factual.

O deputado Michael Seufert (CDS-PP) louvou o coordenador pelos trabalhos desenvolvidos, realçou que se trata de um relatório factual, referiu que poderia haver alguma posição política, mas que aceita a opção de um relatório factual.

O deputado Luís Fazenda (BE) referiu que o Grupo de Trabalho desenvolveu um importante serviço.

O relatório foi aprovado por unanimidade dos deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE, registando-se a ausência da deputada do PEV.

9. Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP, para a audição do Presidente da Fundação Ciência e Tecnologia, sobre o financiamento dos Sistema Científico e Tecnológico e o concurso de bolsas.

O Sr. Deputado Miguel Tiago (PCP) apresentou o requerimento, lembrando que à data da entrega do mesmo, não tinha ainda sido aberto o concurso de bolsas, o que entretanto se concretizou, embora com um atraso de cerca de 30 dias e contrariando o compromisso do Sr. Presidente da FCT. Considerou, no entanto, que se mantém a pertinência do requerimento, dada a necessidade de serem obtidos esclarecimentos sobre o regulamento do concurso e sobre as verbas envolvidas.

O Sr. Deputado Michael Seufert (CDS-PP) disse nada ter a opor em relação à audição, propondo, todavia, que a mesma seja agendada para o início de setembro, dado que encerrarão, em breve, os trabalhos parlamentares.

A Sra. Deputada Elza Pais (PS) felicitou o PCP pela oportunidade do requerimento, face à necessidade de obter esclarecimentos sobre estas questões.

O Sr. Deputado Pedro Lynce (PSD) referiu-se à utilidade de ouvir o Sr. Presidente da FCT, considerando, no entanto, que a matéria não exige urgência, visto que o concurso está a decorrer, pelo que a audição poderá ser agendada em setembro.

O Sr. Deputado Luís Fazenda (BE) considerou oportuna a audição, pelo que felicitou o PCP pela iniciativa.

O Sr. Deputado Miguel Tiago (PCP) propôs o agendamento da audição no âmbito das possibilidades, tendo em conta a circunstância temporal, pese embora entenda que a mesma deva realizar-se o mais cedo possível. Se a mesma ocorrer após o dia 19 de setembro, lembrou que poderá ser feita uma avaliação da forma como decorreu o concurso, visto que o mesmo encerra neste dia, pese embora não seja esse o objetivo do requerimento.

Submetido a votação, o requerimento foi aprovado por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE, registando-se a ausência do PEV.

O Sr. Presidente da Comissão sugeriu o agendamento da audição para a manhã do dia 17 de setembro ou para a tarde do dia 18, pelo que será efetuado contacto com o Sr. Presidente da FCT, para se avaliar da sua disponibilidade.

10. Requerimento apresentado pelo Grupo Parlamentar do PCP, para a audição do Ministro da Educação e Ciência, para prestar esclarecimentos sobre a metodologia e conteúdos das reuniões com as estruturas sindicais dos professores

O Sr. Deputado Miguel Tiago (PCP) apresentou o requerimento.

Interveio, de seguida, o Sr. Deputado Michael Seufert (CDS-PP), que disse não acompanhar o requerimento, por entender que decorrem as negociações em relação à prova de acesso e outras matérias, pelo que essas questões poderão, em devido tempo, ser discutidas. Relativamente às alterações aprovadas no Parlamento, no dia anterior, considera que não violam o estabelecido no acordo.

O Sr. Deputado Rui Jorge Santos (PS) anunciou que o PS votará favoravelmente o requerimento, por entender que deverão ser prestados esclarecimentos sobre estas matérias.

O Sr. Deputado Amadeu Albergaria (PSD) afirmou que o PSD não acompanhará o requerimento. Relativamente à metodologia da condução dos trabalhos, entende que deverá ser definida pelo Governo e pelos sindicatos, no âmbito da sua autonomia.

O Sr. Deputado Luís Fazenda (BE) considerou oportuno ouvir o Ministro da Educação e Ciência o mais breve possível. Questionou ainda se o Ministro dos Assuntos Parlamentares apresentou já a proposta de calendário das audições dos membros do Governo para a 3.ª Sessão legislativa.

O Sr. Presidente esclareceu que o calendário das audições é habitualmente proposto no início das sessões, mas que iria diligenciar junto do Gabinete da Senhora Presidente da Assembleia da República, manifestando a conveniência de ser disponibilizado um calendário indicativo, com a previsão de uma audição antes das audições no âmbito do Orçamento do Estado.

Submetido a votação, o requerimento foi rejeitado, com os votos contra do PSD e CDS-PP e os votos favoráveis do PS, PCP e BE, registando-se a ausência do PEV.

11. *Apreciação da redação final do Projeto de Resolução n.º 775/XII/2.ª (PCP), Defende a territorialização das despesas resultantes de apoios estatais à produção cinematográfica e audiovisual*

Apreciada a informação da DAPLEN, a redação final foi aprovada, por unanimidade dos deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP, PCP e BE, registando-se a ausência da deputada do PEV.

12. Outros assuntos

Não se registaram outros assuntos.

13. Data da próxima reunião

O Sr. Presidente da Comissão propôs o agendamento da próxima reunião da Comissão para o dia 17 de setembro, da parte da manhã e, se houver necessidade, também no dia 18 de setembro, à tarde, o que foi aceite por todos.

A reunião foi encerrada às 13h10 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 30 de julho 2013

O PRESIDENTE

(Ribeiro e Castro)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Acácio Pinto
Amadeu Soares Albergaria
Ana Sofia Bettencourt
Carlos Enes
Duarte Marques
Inês de Medeiros
Isidro Araújo
Isilda Aguincha
José Ribeiro e Castro
Luís Fazenda
Margarida Almeida
Maria Conceição Pereira
Maria José Castelo Branco
Michael Seufert
Miguel Tiago
Nilza de Sena
Odete João
Paulo Cavaleiro
Pedro Delgado Alves
Pedro Pimpão
Rui Jorge Santos
Rui Pedro Duarte
Ana Oliveira
Catarina Martins
Elza Pais
Emília Santos
João Prata
João Serpa Oliva
Mário Ruivo
Pedro Lynce
Rita Rato
Rosa Arezes
Rui Jorge Caetano

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Heloísa Apolónia